

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MESTRADO EM DIREITO

**NORMAS PARA A PADRONIZAÇÃO DOCUMENTAL DE DISSERTAÇÕES**

MOSSORÓ-RN

2020

**APRESENTAÇÃO**

Este manual estabelece as normas de padronização documental para a apresentação dos trabalhos de dissertação no âmbito do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) da UFERSA. O manual tem, portanto, função predominantemente formal. As questões epistemológicas e de método de trabalho científico estão ausentes deste documento.

Trata-se, fundamentalmente, da sistematização e apresentação das normas de padronização documental dos trabalhos acadêmicos em vigor no Brasil. A norma de base para o trabalho de sistematização foi a NBR 14724, produzida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Além dela, recorremos a outras normas da ABNT – referenciadas ao final do texto – e ao Regimento Interno do PPGD.

A seguir, segue modelo documental que acreditamos ser de muita utilidade na medida em que server como parâmetro de “aplicação” das normas estabelecidas neste manual. Esse modelo é basicamente uma adaptação do modelo estabelecido institucionalmente pela Biblioteca da UFERSA.

**1 A DISSERTAÇÃO NO ÂMBITO DO PPGD/UFERSA**

A Dissertação do curso de Mestrado em Direito da UFERSA é um trabalho fundamentado em estudo teórico e/ou empírico de natureza reflexiva, que consistirá na ordenação de ideias sobre um determinado tema e deverá se fundamentar em trabalho de pesquisa realizado mediante a aplicação de material e métodos adequados, revelar domínio do tema e capacidade de redação científica por parte do discente, bem como contribuir com o conhecimento teórico-empírico para a área de concentração e uma das linhas de pesquisa do PPGD/UFERSA (art. 64 do Regimento Interno).

**2 REQUISITOS PARA A DEFESA DA DISSERTAÇÃO NO PPGD/UFERSA**

Para a defesa da dissertação o discente deve preencher os seguintes requisitos:

1. Qualificação do “projeto de dissertação” no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir do ingresso no programa;
2. Recomendação formal do orientador para a defesa;
3. Integralização de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) créditos sendo 12 (doze) créditos de disciplinas obrigatórias na área de concentração e 12 (doze) créditos de disciplinas optativas;
4. Submissão de, no mínimo, 1 (um) artigo científico em periódicos classificados na lista QUALIS da CAPES (Extratos A1, A2, B1 ou B2) na área de avaliação em “Direito”; ou ter publicado 1 (um) capítulo de livro publicado por editoras universitárias ou comerciais de circulação nacional e ou internacional, cujo texto tenha sido submetido à avaliação ad hoc e tenha registro no *International Standard Book Number* (ISBN).

**3 NORMAS GERAIS DE FORMATAÇÃO DOCUMENTAL**

Os trabalhos de dissertação devem ser materializados em documentos que respeitem as seguintes regras:

1. Fonte “Arial” ou “Times New Roman” tamanho 12;
2. Impressão em papel branco ou reciclado no formato A4 (21 cm × 29,7 cm);
3. Impressão realizada no estilo frente e verso;
4. Margens: para o anverso, esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; para o verso, direita e superior de 3 cm e esquerda e inferior de 2 cm.;
5. Espaçamento textual: 1,5 cm.;
6. Entre as seções deve ser inserido 1 espaço de 1,5 tanto no início quanto no final;
7. Espaçamento simples: citações com mais de 3 linhas, notas de rodapé, referências, legendas, ficha catalográfica, natureza do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetida e área de concentração;
8. Paginação: as folhas do trabalho são contadas sequencialmente a partir da folha de rosto, mas não numeradas;
9. A numeração colocada, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior;
10. Siglas: quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo;
11. Equações e fórmulas: devem ser destacadas no texto e, se necessário, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses, alinhados à direita. É permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices e outros);
12. Ilustrações: qualquer que seja o tipo (desenhos, fluxogramas e outros) sua identificação aparece acima da figura, precedida da palavra designativa, número de ocorrência no texto, em algarismos arábicos. A ilustração deve ser inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere;
13. Tabelas: devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem.

**4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A dissertação deve ser estruturada em duas partes: uma parte **externa** e uma parte **interna**. Há elementos obrigatórios e opcionais nas duas partes.

A parte **externa** é composta pela capa (obrigatório) e pela lombada (opcional).

A parte **interna** é composta pelos elementos **pré-textuais** (parte que antecede o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho), pelos elementos **textuais** (parte em que é exposto o conteúdo do trabalho) e pelos elementos **pós-textuais** (parte que sucede o texto e complementa o trabalho).

*Os elementos pré-textuais são:*

1. Folha de rosto (obrigatório);
2. Errata (opcional);
3. Folha de aprovação (obrigatório);
4. Dedicatória (opcional);
5. Agradecimentos (opcional);
6. Epígrafe (opcional);
7. Resumo na língua vernácula (obrigatório);
8. Resumo em língua estrangeira (obrigatório);
9. Lista de ilustrações (opcional);
10. Lista de tabelas (opcional);
11. Lista de abreviaturas e siglas (opcional);
12. Lista de símbolos (opcional);
13. Sumário (obrigatório).

*Os elementos textuais são:*

1. Introdução;
2. Desenvolvimento;
3. Conclusão.

*Os elementos pós-textuais são:*

1. Referências (obrigatório);
2. Glossário (opcional);
3. Apêndice (opcional);
4. Anexo (opcional);
5. Índice (opcional).

4.1 ELEMENTOS EXTERNOS

**4.1.1 Capa**

No caso do documento impresso, a capa é a proteção externa do trabalho sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação. É um elemento estrutural obrigatório seja no caso dos documentos impressos ou na sua forma digital.

A capa deve conter as seguintes informações:

1. identificação institucional;
2. nome do autor;
3. título: deve ser claro e preciso, identificando o seu conteúdo e possibilitando a indexação e recuperação da informação;
4. subtítulo: se houver, deve ser precedido de dois pontos, evidenciando a sua subordinação ao título;
5. local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
6. ano de depósito (da entrega).

**4.1.2 Lombada**

A lombada é a parte da capa que reúne as margens internas ou dobras das folhas, sejam elas costuradas, grampeadas, coladas ou mantidas juntas de outra maneira; também chamada de dorso. A lombada é, portanto, um item opcional existente apenas no caso de versão impressa do trabalho acadêmico. Deve ser impresso na lombada (ABNT, 2004):

1. O nome do autor;
2. O título da dissertação;
3. Os elementos alfanuméricos de identificação de volume, fascículo e data, se houver.

4.2 ELEMENTOS INTERNOS

**4.2.1 Elementos pré-textuais**

É parte que antecede o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho. É composta pelos itens identificados abaixo.

*4.2.1.1 Folha de rosto*

A folha de rosto contém os elementos essenciais à identificação do trabalho. Eles são dispostos na seguinte ordem:

1. Nome do autor;
2. Título;
3. Subtítulo, se houver;
4. Número do volume, se houver mais de um, deve constar em cada folha de rosto a especificação do respectivo volume;
5. Natureza: tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros) e objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros); nome da instituição a que é submetido; área de concentração;
6. Nome do orientador e, se houver, do coorientador;
7. Local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
8. Ano de depósito (da entrega).

O **verso da folha de rosto deve conter a ficha catalográfica** produzida pela Biblioteca/UFERSA. Na versão eletrônica, a ficha fica na página seguinte, mas não deve ser contabilizada no número de páginas.

Atualmente o processo é eletrônico através do Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica [aqui](https://bibliotecas.ufersa.edu.br/ferramentas/fichacatalografica/). Você também poderá acessar a Ficha Catalográfica de forma automática no site da Biblioteca da UFERSA, Item Ferramenta de Produção, Item Ficha Catalográfica automática.

*4.2.1.2 Errata*

É uma lista dos erros ocorridos no texto, seguidos das devidas correções. Elemento opcional. Deve ser inserida logo após a folha de rosto, constituída pela referência do trabalho e pelo texto da errata. Apresentada em papel avulso ou encartado, acrescida ao trabalho depois de impresso.

*4.2.1.3 Folha de aprovação*

Folha que contém os elementos essenciais à aprovação do trabalho. Elemento obrigatório (inclusive com as assinaturas dos examinadores na versão final para depósito). Deve ser inserida após a folha de rosto e é constituída pelo nome do autor do trabalho, título do trabalho e subtítulo (se houver), natureza (tipo do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido, área de concentração) data de aprovação, nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora e instituições a que pertencem. A data de aprovação e as assinaturas dos membros componentes da banca examinadora devem ser colocadas após a aprovação do trabalho.

*4.2.1.4 Dedicatória*

É o texto em que o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho. Elemento opcional. Deve ser inserida após a folha de aprovação.

*4.2.1.5 Agradecimentos*

É o texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho. Elemento opcional. Devem ser inseridos após a dedicatória.

*4.2.1.6 Epígrafe*

É o texto em que o autor apresenta uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho. Elemento opcional. Deve ser inserida após os agradecimentos. Podem também constar epígrafes nas folhas ou páginas de abertura das seções primárias.

*4.2.1.7 Resumo na língua vernácula*

Apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto, fornecendo uma visão rápida e clara do conteúdo e das conclusões do trabalho. Elemento obrigatório. O resumo deve ser composto de uma sequência de frases concisas e deve ressaltar (ABNT, 2003):

1. O objetivo da pesquisa
2. O método da pesquisa;
3. Os resultados e as conclusões da pesquisa;
4. Deve ter de 150 a 500 palavras.
5. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo e separadas por ponto e vírgula.

*4.2.1.8 Resumo na língua estrangeira*

Versão do resumo para idioma de divulgação internacional. Elemento obrigatório.

*4.2.1.9 Lista de ilustrações*

Ilustração é designação genérica de imagem, que ilustra ou elucida um texto. A lista de ilustrações é um elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, travessão, título e respectivo número da folha ou página. Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outras).

*4.2.1.10 Lista de tabelas*

A tabela é uma forma não discursiva de apresentar informações das quais o dado numérico se destaca como informação central. A lista de tabelas é um elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da folha ou página.

*4.2.1.11 Lista de abreviaturas e siglas*

Elemento opcional. Consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso. Recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo.

*4.2.1.12 Lista de símbolos*

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com o devido significado.

*4.2.1.13 Sumário*

Enumeração das divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede. Elemento obrigatório. Regras de padronização:

1. A palavra sumário deve ser centralizada e com o mesmo tipo de fonte usada para as seções primárias;
2. Deve iniciar no anverso de uma folha, concluído no verso, se necessário;
3. Os indicativos das seções que compõem o sumário devem ser alinhados à esquerda;
4. Os elementos pré-textuais não podem constar no sumário.

**4.2.2 Elementos textuais**

É a parte em que é exposto o conteúdo do trabalho. O texto é composto de uma parte introdutória, que apresenta os objetivos do trabalho e as razões de sua elaboração; o desenvolvimento, que detalha a pesquisa ou estudo realizado; e uma parte conclusiva.

**4.2.3 Elementos pós-textuais**

Parte que sucede o texto e complementa o trabalho.

*4.2.3.1 Referências*

Conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento, que permite sua identificação individual. Elemento obrigatório. Como norma de referência, deverá ser adotada a ABNT NBR 6023/2018.

Regras de formatação (ABNT, 2018):

1. O título da seção deve ficar centralizado;
2. Texto alinhado à esquerda;
3. Espaçamento simples no texto da referência;
4. As referências devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

Modelos de referência em anexo.

*4.2.3.2 Glossário*

Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições. Elemento opcional. Elaborado em ordem alfabética.

*4.2.3.3 Apêndice*

Texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho. Elemento opcional. Deve ser precedido da palavra APÊNDICE, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos apêndices, quando esgotadas as letras do alfabeto.

*4.2.3.4 Anexo*

Texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. Elemento opcional. Deve ser precedido da palavra ANEXO, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as letras do alfabeto.

*4.2.3.5 Índice*

Lista de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto. Elemento opcional.

**5 CITAÇÕES NO DOCUMENTOS DE DISSERTAÇÃO**

É a menção de uma informação extraída de outra fonte. A citação **direta** consiste na transcrição textual de parte da obra do autor consultado. A citação **indireta** consiste em texto baseado na obra do autor consultado. Regras de padronização:

1. Deve-se adotar o sistema autor-data (Sobrenome do autor, data da publicação e página entre parênteses) para a identificação da fonte;
2. Quando o nome do autor estiver incluído na sentença, indica-se a data, entre parêntese, acrescida da página, se a citação for direta;
3. As citações diretas, no texto, de até três linhas devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar uma citação dentro da citação;
4. As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacas com recuo de 4cm da margem esquerda, com letra menor do que a do texto utilizado e sem as aspas.

**REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6023*: informação e documentação – referências – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT* *NBR 6027*: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT* *NBR 6028*: informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT* *NBR 6034*: informação e documentação – índice – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT* *NBR 12225*: informação e documentação – lombadas – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT* *NBR 10520*: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT* *NBR 14724*: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

**ANEXO A – MODELO DOCUMENTAL DE DISSERTAÇÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MESTRADO EM DIREITO

[NOME DO AUTOR](http://www.niemeyer.org.br/)

TÍTULO: SUBTÍTULO

MOSSORÓ-RN

ANO

[NOME DO/A AUTOR](http://www.niemeyer.org.br/)

TÍTULO: SUBTÍTULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: XYZ

Orientador: Nome Completo, Prof. Dr.

Co-orientador: Nome Completo, Prof. Dr.

MOSSORÓ-RN

ANO

**©**Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido.O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas

da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Setor de Informação e Referência

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

[NOME DO/A AUTOR](http://www.niemeyer.org.br/)

TÍTULO: SUBTÍTULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: XYZ

Defendida em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Orientador, Prof. Dr. (UFERSA)

Presidente

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Examinador Interno, Prof. Dr. (UFERSA)

Membro Examinador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Examinador Externo, Prof. Dr. (UFXYZ)

Membro Examinador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Suplente Interno, Prof. Dr. (UFERSA)

Membro Examinador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Suplente Externo, Profª Dra. (UFXYZ)

Membro Examinador

*XYZ (In Memorian).*

*XYZ (Presentes)*

**AGRADECIMENTOS**

“De fato: essa ideia singular, hoje tão comum e corrente e na verdade tão pouco evidente, da ‘profissão como dever’, de uma obrigação que o indivíduo deve sentir, e sente, com respeito ao conteúdo da sua atividade ‘profissional’, seja ela qual for, pouco importa se isso aparece à percepção espontânea como pura valorização de uma força de trabalho ou então de propriedade e bens (de um ‘capital’) – é essa a ideia que é característica da ‘ética social’ da cultura capitalista.”

Max Weber.

**RESUMO**

Apresenta à temática A. Abordam os objetivos B, C e D. Se justifica por N motivos. Metodologicamente ocorre através do método TAL. Revelam as T e W conclusões.

**Palavras-chave:** Direito; Controle; Institucionalização.

**ABSTRACT**

It presents the theme A. It addresses the goals B, C and D. If justified by N reasons. Methodologically occurs through the TAL method. Reveal the T and W conclusions.

**Keywords:** Law; Control; Institutionalization.

**LISTA DE FIGURAS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Figura 1 | – | XYZ ….......................................................………….……………………… 16 |
| Figura 2 | – | XYZ…...........................................……..................………………………… 21 |
| Figura 3 | – | XYZ ……...............................……………………..................................…... 23 |
| Figura 4 | – | XYZ ……….........................……………………………………................... 37 |
| Figura 5 | – | XYZ ………...............................………………………………..................... 46 |

**LISTA DE GRÁFICOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Gráfico 1 | – | XYZ ………...........................................................................…….…..…… 16 |
| Gráfico 2 | – | XYZ………...............................................................…..…………..……… 21 |
| Gráfico 3 | – | XYZ…………...................................................….................……………... 23 |
| Gráfico 4 | – | XYZ ……….........................................................................…..................... 37 |
| Gráfico 5 | – | XYZ ...............……....................................................................................... 46 |

**LISTA DE MAPAS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Mapa 1 | – | Mapa XYZ ….....................................................………….…..……………… 16 |
| Mapa 2 | – | Mapa XYZ …………………....……...............................................……….… 21 |
| Mapa 3 | – | Mapa XYZ …………….....................................................................………... 23 |
| Mapa 4 | – | Mapa XYZ ……………………........................................…......................….. 37 |
| Mapa 5 | – | Mapa XYZ ….................................................................................................... 46 |

**LISTA DE QUADROS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Quadro 1 | – | XYZ ...............................................................................................…...…… 16 |
| Quadro 2 | – | XYZ ..............................................................................………………....… 21 |
| Quadro 3 | – | XYZ …….........................................................……………..……………... 23 |
| Quadro 4 | – | XYZ.....................…………………………….............................…………. 37 |
| Quadro 5 | – | XYZ………......………........................................….…................................ 46 |

**LISTA DE TABELAS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tabela 1 | – | XYZ …............................................................………………………........… 16 |
| Tabela 2 | – | XYZ ........………………….……….............................………………...........21 |
| Tabela 3 | – | XYZ .....................................………………………..…............……………. 23 |
| Tabela 4 | – | XYZ ..............................................…………………….................................. 37 |
| Tabela 5 | – | XYZ ..................................................................... ….......................................46 |

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|  |  |
| --- | --- |
| Bel | Bacharel |
| Dr | Doutor |
| Esp | Especialista |
| GE | Gestão do Conhecimento |
| GI | Gestão da Informação |
| IES | Intituição de Ensino Superior |
| Me | Mestre |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento |
| PG&C | Perspectivas em Gestão & Conhecimento |
| SBGC | Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento |
| UI | Unidade de Informação |

**LISTA DE SÍMBOLOS**

|  |  |
| --- | --- |
| @ | Arroba |
| **©** | Copyright |
| ® | Marca registrada |
| % | Porcentagem |
| $ | Cifrão |

**SUMÁRIO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **INTRODUÇÃO** …………………………...……………………...………. | 16 |
| **2** | **A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL**..................................... | 17 |
| 2.1 | BREVE PANORAMA DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL..............…………............................................................................ | 18 |
| 2.2 | A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE.......................................................... | 19 |
| 2.3 | O QUE ESTÁ ERRADO?.............................................................................. | 20 |
| **2.3.1** | **O “direito a tudo” não é prudente**............................................................... | 21 |
| **2.3.2** | **O “direito a tudo” não é sustentável**........................................................... | 22 |
| 2.3.2.1 | Argumentos favoráveis........…………………….....………………..……… | 23 |
| 2.3.2.2 | Argumentos contrários..............……………………………………..……… | 24 |
| **3** | **REFORMANDO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE**.........….…….. | 25 |
| **4** | **CONCLUSÕES**......…..............................................................……………. | 40 |
|  | **REFERÊNCIAS** ………………………………………………………….. | 44 |
|  | **APÊNDICE A** ........................................................……………………….. | 46 |
|  |

**1 INTRODUÇÃO**[[1]](#footnote-1)

O marco normativo que impulsionou, em escala nacional, as experiências institucionais de informalização da justiça no Brasil foi, sem dúvida, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de 1995 (Lei n. 9.099/1995). Por um lado, essa lei ampliou a competência do antigo Juizado de Pequenas Causas, incluindo novas matérias e passando a considerar como de “menor complexidade” as causas cíveis envolvendo menos de 40 salários mínimos. Por outro, introduziu mecanismos de informalização também na área criminal, estabelecendo novos procedimentos processuais para as chamadas “infrações penais de menor potencial ofensivo”. Assim, de maneira inédita no país, procedimentos provenientes de domínios jurídicos diferenciados - a justiça cível e a criminal -, foram disciplinados sob uma mesma rubrica legislativa.

(...)

**2 A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL E SEUS PROBLEMAS**

A proposta prevê a articulação entre A e B. (...)

**2.1 Breve panorama da judicialização da saúde no Brasil**

A judicialização da saúde em si não é necessariamente um fenômeno negativo da perspectiva do Estado Democrático de Direito. O fato de milhares de pessoas irem ao Judiciário pleitear seu direito constitucional à saúde pode ser indicativo de maior consciência da população sobre seus direitos, de maior receptividade do Judiciário em relação aos direitos sociais das pessoas mais vulneráveis e de maior fiscalização e controle da sociedade sobre a administração pública. Pode-se até mesmo vislumbrar, na judicialização da saúde, a ocorrência de uma “revolução de direitos” - para usar a expressão do cientista político americano Charles Epp (1998, p. 5) ao descrever a explosão de litigância nos Estados Unidos em favor dos direitos civis da população negra nas décadas de 1950 e 1960.

(...)

**4 CONCLUSÕES**

Os Recursos Extraordinários n. 657.718 e n. 566.471, que versam respectivamente sobre a concessão judicial de medicamentos experimentais e sem registro na Anvisa e medicamentos de alto custo, representam uma excelente oportunidade de se equacionar definitivamente os efeitos mais nocivos da chamada judicialização da saúde no Brasil.

A concessão judicial indiscriminada desses medicamentos nas últimas duas décadas vem causando significativos problemas ao sistema público de saúde brasileiro, afetando sua segurança, eficácia, racionalidade, sustentabilidade e, sobretudo, equidade. Preciosos recursos de um orçamento severamente limitado são alocados todos os anos não por decisões planejadas e sistêmicas com base em princípios consolidados de saúde pública, mas, sim, por atos individuais de juízes apoiados em uma simples prescrição médica e em intepretação discutível do direito constitucional à saúde (art. 196) como um “direito a tudo” que estiver disponível no mercado (ou até mesmo apenas em pesquisas) e puder de alguma maneira beneficiar a saúde do demandante.

É urgente, portanto, que esse modelo problemático de judicialização seja reformado. Como defendi neste texto, a tese do STF já firmada no RE n. 657.718 e a tese proposta no voto do Ministro Luís Roberto Barroso no RE n. 566.471 (a ser ainda julgado pelo STF) representam já um grande passo na direção correta, mas poderiam ser aprimoradas para gerar resultados ainda mais positivos e abrangentes, conforme as sugestões defendidas anteriormente neste texto, que repito de modo resumido a seguir.

(...)

**REFERÊNCIAS[[2]](#footnote-2)**

*Artigo científico– meramente ilustrativo*

PEGORARO, R. F. et al. Partição de biomassa e absorção de nutrientes pelo feijoeiro comum. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 27, n. 3, p. 41 – 52, jul./set. 2014. Disponível em: <[http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/sistema/article/ view/3444/pdf\_137](http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/sistema/article/%20view/3444/pdf_137)>. (Ou indicar o DOI). Acesso em: 30 out. 2014.

*Evento (Anais Impresso)– meramente ilustrativo*

MELO, F. C. de; et al. Influências das fases da lua no início das precipitações pluviométricas de Mossoró-RN. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, 12., 2001, Fortaleza. **Anais…** Fortaleza: SBA, 2001. v. 1.

*Evento (Anais Eletrônico)– meramente ilustrativo*

ALVAREZ, J. L. dos S. D. E.; VARGAS, E. C. Observações sobre a gestão de pessoas em um centro de documentação e informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

ADMINISTRAÇÃO, 11., 2014, Maringá. **Anais Eletrônicos…** Maringá: CONBRAD, 2014. Disponível em: <<http://www.conbrad.com.br>>. Acesso em: 30 out. 2014.

*Lei, decreto ou medida provisória– meramente ilustrativo*

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>>. Acesso em: 16 out. 2014.

*Livro (Capítulo)– meramente ilustrativo*

OLIVEIRA, P. W. S. de; NÓBREGA, K. C. Senso de servir, aprendizagem organizacional e cultura de serviços ao cliente: o caso de um supermercado. In: AMARAL, I. G. (Org.). **Gestão de pessoas e liderança:** novos contextos e diferentes perspectivas. Mossoró: EdUFERSA, 2013. p. 159-196.

*Livro (Geral)– meramente ilustrativo*

ANGELONI, M. T. **Gestão do conhecimento no Brasil**: casos, experiências e práticas de empresas públicas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. 209 p.

*Livro (Organização)– meramente ilustrativo*

LEITE, Y. V. P. (Org.). **Administração estratégica:** diferentes olhares e contextos. Mossoró: EdUFERSA, 2013.

*Trabalho de Conclusão de Curso– meramente ilustrativo*

COELHO, M. E. H. **Manejo de plantas daninhas sobre a temperatura do solo, eficiência no uso da água e crescimento da cultura do pimentão nos sistemas de plantio direto e convencional.** 2011. 110 p. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2011. Disponível em: <<http://bdtd.ufersa.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=164>>. Acesso em: 16 out. 2014.

*CD-ROM– meramente ilustrativo*

SILVA, L. E. F. da; NEVES, D. A. de B. Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da arquivologia e seu status de cientificidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais…** Florianópolis: ANCIB, 2013. 1 CD-ROM.

*Página da internet– meramente ilustrativo*

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO. **Histórico.** Porto Alegre: SBC, 2014. Disponível em: <[http://www.sbc.org.br/index.php?option=com\_content&view =category&layout=blog&id=186&Itemid=137](http://www.sbc.org.br/index.php?option=com_content&view%20=category&layout=blog&id=186&Itemid=137)>. Acesso em: 30 out. 2014.

*E-mail– meramente ilustrativo*

ALMEIDA, M. P. S. **Semana do livro e da Biblioteca 2014** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <<senalib.ufersa@gmail.com>>.em 30 out. 2014.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Perguta A?
2. Perguta B?
3. Perguta C?
4. Perguta D?
5. Perguta E?

1. Trechos meramente ilustrativos retirado da obra: FERRAZ, Octávio Luiz Motta. Para equacionar a judicialização da saúde no Brasil.**Rev. direito GV**, São Paulo, v. 15, n. 3, e1934, 2019.   Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1808-24322019000300208&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 dez.  2019.  Epub 14-Nov-2019.  http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201934. [↑](#footnote-ref-1)
2. ### Conhecer e fazer uso do Mecanismo Online para Referências (MORE). Está plataforma auxilia o pesquisador na produção e guarda das citações e referências. Disponível em: <<http://www.more.ufsc.br>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

   [↑](#footnote-ref-2)